



Ano 10, Vol XIX, Número 1, Jan-Jun, 2017, Pág. 350-373.

PÓS-GRADUANDOS INDÍGENAS DA UFAM: SEUS PONTOS DE VISTA SOBRE OS PPGs, TEORIAS ACADÊMICAS E INCENTIVOS INSTITUCIONAIS

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare
Tatiany Felix de Menezes
Felippe Otaviano Portela Fernandes

RESUMO

Muitos indígenas têm ingressado nos cursos de graduação para buscar benefícios para seu povo e alguns deles, posteriormente, ingressam em programas de pós-graduação (PPG). Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi compreender o ponto de vista dos estudantes indígenas de pós-graduação da UFAM a respeito dos PPGs, das teorias acadêmicas aprendidas e dos incentivos institucionais dessa universidade. Foi feita pesquisa qualitativa, com uso de entrevista com perguntas abertas e fechadas com 4 dos 15 estudantes indígenas levantados nos 40 PPGs (5 tinham estudantes indígenas, 29 não tinham, 6 não informaram ou não tinham nenhum dado), transcritas e analisadas por análise de conteúdo. Os resultados revelam: motivação para cursar um PPG; escolha do PPG em específico; dificuldades encontradas no acesso ao PPG; opinião da entrada de alunos indígenas nos PPGs; opinião das teorias acadêmicas apreendidas nos PPGs; interação das teorias acadêmicas com conhecimentos indígenas; utilidade de ter cursado um PPG; utilidade dos conhecimentos aprendidos nos PPGs; incentivo para permanência nos PPGs; preparo da UFAM para receber indígenas. Concluímos que: a UFAM não possui dados sistemáticos sobre alunos indígenas; a escolha pelo nível superior relaciona-se a benefícios às etnias; há desvalorização da ciência indígena pela ciência ocidental; o conhecimento acadêmico ajuda a compreender mais a fundo o pensamento não indígena e o próprio conhecimento indígena; apesar de haver políticas afirmativas, estas ainda não se traduziram em ações palpáveis de valorização da pessoa indígena na UFAM.

PALAVRAS-CHAVE: indígena, etnoconhecimento, ações afirmativas, pós-graduação, UFAM.

UFAM INDIGENOUS POST-GRADUANTS: ITS VIEWS ON POSTGRADUATE PROGRAMS, ACADEMIC THEORIES AND INSTITUTIONAL INCENTIVES

ABSTRACT

Many indigenous people have enrolled in undergraduate courses to seek benefits for their people and some of them, subsequently, enter postgraduate programs (PPGs). In this sense, the objective of this research was to understand the point of view of UFAM's postgraduate indigenous students regarding the PPGs, the academic theories learned and the institutional incentives of that university. A qualitative research was conducted using interviews with open and closed questions with 4 of the 15 indigenous students raised in the 40 PPGs (5 had indigenous students, 29 did not have, 6 did not report or had no data), transcribed and analyzed by analysis of content. The results reveal: motivation to take a PPG; choice of PPG in specific; difficulties encountered in accessing PPG; indigenous students' entry into PPGs; opinion of the academic theories

learned in PPGs; interaction of academic theories with indigenous knowledge; usefulness of having completed a PPG; usefulness of the knowledge learned in PPGs; incentive to stay in the PPGs; preparation of UFAM to receive indigenous people. We conclude that: UFAM does not have systematic data about indigenous students; choosing a graduation degree is related to benefits to ethnicities; there is devaluation of indigenous science by Western science; academic knowledge helps to understand non-indigenous thinking more deeply and indigenous knowledge itself; although there are affirmative policies, these have not yet translated into tangible actions of appreciation of the indigenous person at UFAM.

KEYWORDS: indigenous people, ethnoknowledge, affirmative actions, postgraduate, UFAM.

POSTGRADUANDOS INDÍGENAS DE UFAM: SUS PUNTOS DE VISTA SOBRE LOS PROGRAMAS DE POSTGRADO, TEORIAS ACADÉMICAS E INCENTIVOS INSTITUCIONALES

RESUMEN

Muchos indígenas han ingresado en los cursos de graduación para buscar beneficios para su pueblo y algunos de ellos, posteriormente, ingresan en programas de postgrado (PPGs). En este sentido, el objetivo de esta investigación fue comprender el punto de vista de los estudiantes indígenas de postgrado de la UFAM respecto a los PPGs, las teorías académicas aprendidas y los incentivos institucionales de esa universidad. Se realizó una investigación cualitativa, con uso de entrevista con preguntas abiertas y cerradas con 4 de los 15 estudiantes indígenas levantados en los 40 PPGs (5 tenían estudiantes indígenas, 29 no tenían, 6 no informaron o no tenían ningún dato), transcritas y analizadas por análisis de contenido. Los resultados revelan: motivación para cursar un PPG; elección del PPG en específico; dificultades encontradas en el acceso al PPG; la opinión de la entrada de alumnos indígenas en los PPGs; la opinión de las teorías académicas enseñadas en los PPGs; interacción de las teorías académicas con conocimientos indígenas; utilidad de haber cursado un PPG; utilidad de los conocimientos aprendidos en los PPG; incentivo para la permanencia en los PPG; preparación de la UFAM para recibir indígenas. Concluimos que: la UFAM no posee datos sistemáticos sobre alumnos indígenas; la elección por el nivel superior se relaciona con beneficios a las etnias; hay devaluación de la ciencia indígena por la ciencia occidental; el conocimiento académico ayuda a comprender más a fondo el pensamiento no indígena y el propio conocimiento indígena; a pesar de haber políticas afirmativas, éstas aún no se tradujeron en acciones palpables de valorización de la persona indígena en la UFAM.

PALABRAS CLAVE: indígena, etnoconocimiento, acciones afirmativas, postgrado, UFAM.

1 INTRODUÇÃO

Os povos indígenas foram objetos de múltiplas imagens e conceituações por

parte dos não índios ao longo da história brasileira, sendo marcados por estereótipos negativos, preconceitos e discriminações em função de suas características, comportamentos e capacidades. Essas concepções negativas datam da chegada dos primeiros colonizadores europeus, mas persistem até o presente. As visões culturais dominantes, daqueles que os próprios indígenas chamam de não índio, marcaram tais populações com um forte sentimento de inferioridade, enfrentando assim um duplo desafio: lutar pela autoafirmação identitária e pela conquista de direitos e de cidadania nacional e global (LUCIANO, 2006).

Com os movimentos sociais que reuniu lideranças indígenas, intelectuais e religiosos entre os anos 1960 e 1980, que culminou com a Constituição de 1988, conseguiu-se assegurar aos indígenas uma série de direitos sociais. Um destes refere-se ao direito a terras coletivas para a sua reprodução física, cultural e espiritual. Outro direito é o da educação diferenciada, com a inserção tanto no nível básico quanto superior, baseados nos processos de ensino, aprendizagem e produção, reprodução e distribuição de conhecimentos próprios dos indígenas. Tal direito visa romper com o modelo de educação que estes recebiam dos missionários salesianos (TASSINARI; GOBBI, 2008; LUCIANO, 2006).

O direito à educação trouxe consigo algumas estratégias que visavam abarcar as comunidades indígenas como parte da sociedade, de modo que a marginalização que estes povos sofriam fosse cerceada e que estes pudessem gozar de sua própria expressão cultural, sem a necessidade de sentir vergonha de sua própria identidade. Desse modo, Milhomem (2008) afirma que as propostas educacionais para os povos indígenas permitem a participação dos mesmos para a construção estratégias que valorizem suas línguas, suas práticas culturais e seus lugares de pertencimento étnico. Nesse sentido, há ênfase na educação bilíngue tendo como base a interculturalidade, para que os jovens inseridos nesse tipo de educação tenham contato com as diversas realidades, tanto no contexto nacional quanto regional. De acordo com Estácio (2009), somente os indígenas, detentores dessa especificidade, poderão dizer o modelo educacional escolar adequado aos seus modos de viver, pensar e ser, indicando assim a vontade dos próprios indígenas de serem os responsáveis pelos processos escolares de suas comunidades.

A legislação brasileira prevê a inclusão e reconhecimento dos saberes indígenas como forma de valorização da diversidade cultural. Entende também que os

indígenas possuem processo de aprendizagem próprio e que as escolas precisam levar em conta para formulação de currículos diferenciados (GOBBI; TASSINARI, 2008). Entretanto, Bergamaschi e Medeiros (2010, p.56) lembram que “a educação escolar indígena no Brasil tem uma longa trajetória, tecida desde os primórdios da colonização e cujo modelo predominante, alheio às cosmologias indígenas, foi imposto com o explícito intuito colonizador, integracionista e civilizador”. A educação imposta pela sociedade envolvente fora produzida em outra cultura, contexto histórico e social, que muitas vezes rebaixam os conhecimentos dos povos indígenas, classificando-os como senso comum e misticismos. Pensando no caso da Amazônia e dos povos dessa região, Calegare (2012) lembra que muitas políticas públicas foram impostas sem levar em consideração o ponto de vista e saberes dos povos que ali habitam.

Essa discussão a respeito da educação indígena não se restringe apenas ao ensino fundamental e médio, mas também ao ensino superior. No Amazonas, a inserção de indígenas nas universidades acontece de duas maneiras: pelos cursos superiores regulares (em qualquer área) e pelos cursos de licenciatura intercultural indígena e licenciatura plena para professoras indígenas. Após conseguirem se graduar, alguns indígenas têm buscado também sua inserção em alguns Programas de Pós-Graduação (PPGs) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que em seus editais de seleção reserva vagas destinadas por conta das ações afirmativas – a lei de cotas.

Assim, se observa que os indígenas estão cada vez mais conseguindo seu espaço de direito junto à sociedade não indígena, se inserindo não só em cursos de graduação, como também em PPGs da UFAM, por exemplo. Mas o que eles pensam a respeito das teorias acadêmicas aprendidas nos PPGs da UFAM? Será que esses PPGs conseguem estabelecer diálogos entre os conhecimentos científicos e os saberes indígenas? Em função desses questionamentos, neste artigo apresentamos pesquisa cujo objetivo foi compreender o ponto de vista dos estudantes indígenas de pós-graduação da UFAM a respeito dos PPGs, das teorias acadêmicas aprendidas e dos incentivos institucionais dessa universidade

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como quantitativa de caráter descritivo-exploratório. A pesquisa exploratória possibilita maior familiaridade com o problema,

podendo torná-lo mais explícito ou conduzir à construção de hipóteses. E descritiva por permitir que o pesquisador apresente e explique a respeito do fenômeno investigado (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Os participantes da pesquisa foram alunos indígenas que se encontravam devidamente matriculados nos 40 PPGs da UFAM (amostra intencional, não probabilística) até julho/2016. De todas as secretarias contatadas, verificou-se que 5 PPGs tinham alunos indígenas (somando ao total 15 pós-graduandos), 6 PPGs não informaram ou não tinha nenhum dado a respeito de alunos indígenas e 29 PPGs não tinham nenhum aluno indígena (Tabela 1).

Tabela 1 – PPGs com e sem pós-graduandos indígenas

Situação	PPG e nº alunos
Com alunos indígenas	Antropologia Social (10), História (2), Agronomia Tropical (1), Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (1); Sociedade e Cultura na Amazônia (1).
Não informaram ou não tinham dado algum	Biociência; Biodiversidade e biotecnologia – Rede Bionorte; Ciência Animal; Educação; Diversidade Biológica; Letras; Sociologia.
Sem alunos indígenas	Ciência e Engenharia de Materiais; Ciências da Comunicação; Ciências da Saúde; Ciências Farmacêuticas; Ciências Florestais; Ciências Pesqueiras; Cirurgia; Contabilidade e Controladoria; Enfermagem UEPA/UFAM; Engenharia Civil; Engenharia de Produção; Engenharia Elétrica; Ensino de Ciências em Matemática; Física; Geociências; Geografia; Imunologia Básica e Aplicada; Informática; Inovação Farmacêutica; Matemática; Profissional de Matemática; Matemática UFPA/UFAM (Doutorado); Odontologia; Psicologia; Química; Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia; Serviço Social; Zoologia.

Fonte: Dados de pesquisa / PPGs da UFAM

Durante o levantamento das informações junto aos PPGs, foi perceptível a falta de interesse em manter um banco de dados dos alunos indígenas nas respectivas secretarias. Uma das justificativas apontadas pelos coordenadores e atendentes desses programas é que durante as inscrições de matrícula, não é solicitado ao aluno a discriminação de sua raça ou etnia. A única secretaria que mantém banco de dados dos alunos indígenas é o PPG em Antropologia Social (PPGAS). Diante dessa situação,

Carvalho (2003) questiona: “como podem nossos pesquisadores teorizar sobre as relações raciais na sociedade brasileira se desconhecem e se recusam a analisar as relações raciais das quais eles fazem parte e que eles mesmos ajudam a reproduzir?” (p.308).

Dos 15 alunos indígenas nos PPGs da UFAM, 5 não moravam em Manaus, 3 não retornaram o contato, 2 declararam não ter interesse em participar alegando falta de tempo e 5 concordaram em fazer parte da pesquisa. Destes, 1 foi excluído da pesquisa por não mais fazer parte do corpo discente da UFAM. Quanto aos 4 alunos restantes, 3 foram entrevistados pessoalmente e 1 respondeu as questões via e-mail (Tabela 2). Os alunos que declararam não querer participar da pesquisa por falta de tempo justificaram da seguinte maneira: trabalhavam e não tinham tempo para o encontro; falta de tempo relacionada à elaboração de sua defesa de mestrado. Aos alunos que moravam em outras cidades, foi-lhes dada a opção de responder as questões por e-mail, mas não houve resposta.

Tabela 2 – Perfil dos pós-graduandos indígenas entrevistados

Local de origem	Etnia	Idade	Qualificação	PPG
Alto Rio Negro	Tukano	44	Doutorado	Antropologia Social
Distrito Iauareté	Tukano	46	Doutorado	Antropologia Social
Cucura Igarapé no rio Tiquie	Dessana	40	Mestrado	Antropologia Social
Barcelos	Baré	27	Mestrado	Ciências Ambientais

Fonte: Dados de pesquisa

A coleta de dados foi realizada entre os meses de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016. Foram feitas tentativas de contato via telefone, e-mail e visitas aos PPGs. A partir das respostas das secretarias, obteve-se a quantidade de alunos indígenas, assim como seus contatos, telefone e e-mail. Os alunos foram contatados, apresentados à pesquisa e convidados a participar. Após a confirmação do interesse do aluno, foi marcado local e horário para os encontros.

Foi utilizada entrevista semiestruturada com 14 perguntas: fechadas para o levantamento de dados sociodemográficos (local de origem, etnia, idade, gênero, renda, tempo de moradia, condição de moradia, etc.); abertas para compreensão do ponto de

vista destes a respeito das teorias aprendidas. As entrevistas foram gravadas em áudio, depois transcritas para análise, por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011), que possibilita criar-se categorias que nomeiam os conteúdos latentes na fala dos participantes. Tal análise compreende as seguintes etapas: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados com inferência e interpretação. Durante a pré-análise foram destacados trechos da transcrição que serviram como material de análise e de categorização, descritos nos resultados da pesquisa. Os objetivos apontados no estudo nortearam a exploração do material e auxiliaram na formulação de inferências e nas interpretações das narrativas dos participantes da pesquisa. A categorização consistiu na definição de aspectos percebidos como centrais no discurso dos entrevistados e que se vincularam aos objetivos da pesquisa.

Por se tratar de pesquisa com seres humanos, mais especificamente com indígenas, foi necessário a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas - Cep/Ufam (nº 1.383.782). Assim, foram adotados todos procedimentos éticos, como anuência da reitora e a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para exposição dos resultados, agregamos as opiniões dos pós-graduandos indígenas segundo os seguintes tópicos: motivação para cursar um PPG; escolha do PPG em específico; dificuldades encontradas no acesso ao PPG; entrada de alunos indígenas nos PPGs; teorias acadêmicas apreendidas nos PPGs; interação das teorias acadêmicas com conhecimentos indígenas; utilidade de ter cursado um PPG; utilidade dos conhecimentos aprendidos nos PPGs; incentivo para permanência nos PPGs; preparo da UFAM para receber indígenas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Motivação para cursar um PPG

Questionados sobre o motivo da escolha de fazer pós-graduação, as categorias encontradas foram: a) interesse do movimento indígena, que se refere à escolha da pós-graduação por conta das agendas de interesse do movimento indígena; b) carreira profissional, que trata do sonho de ter uma profissão, de reconhecido como mestre / doutor; c) obtenção de conhecimento, que aborda a vontade de ter também conhecimento de outros saberes e ciências, além do seu próprio saber; d) educação

indígena, que explicita a necessidade de formar professores indígenas. Trechos representativos das seguintes categorias, respectivamente:

Pelo interesse do movimento indígena, que... a política afirmativa, a política de cotas só existe porque há uma reivindicação do movimento indígena, então, como eu tô no movimento indígena e lutando pra isso, eu vi uma oportunidade. (JOSÉ)

Um dos motivos pra eu fazer mestrado foi ser professor, mas não da educação básica, mas sim do ensino superior, independente da instituição. (MÁRIO)

Pra ter mais conhecimento... aí o que então eu queria fazer, trazer... discutir dentro da antropologia conhecimento indígena com saberes científicos, com a ciência, o quê que os indígenas pensam. (PEDRO)

Há carência de professores indígenas com pós-graduação, resolvi encara este desafio. (GIL)

As necessidades dos povos indígenas em relação à educação são levadas em consideração nas escolhas dos alunos. A falta de professores qualificados, conhecedores da linguagem e cultura, é uma problemática conhecida pelos indígenas e que tem peso na sua escolha de curso. No Brasil existem programas que apoiam a formação de professores para atuarem em escolas indígenas, mas a procura ainda é muito pequena em comparação à demanda de aldeias e alunos indígenas. Um desses é o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), voltado à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica, que estimula o desenvolvimento de projetos de curso na área das Licenciaturas Interculturais em instituições de ensino superior públicas federais e estaduais (BRASIL, 2017). O objetivo é formar professores para a docência no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental das comunidades indígenas.

Com o passar dos anos, os movimentos indígenas cresceram em todo país. A união de muitos desses povos trouxe estratégias diferentes e o egresso nas universidades é uma dessas. Obter conhecimento, entender o ponto de vista do não indígena, traz ao indígena a possibilidade de conhecer seus direitos e saber como lutar por eles. Como afirma um dos entrevistados: “*eu percebi que teria uma grande possibilidade de ajudar,*

eu entender a minha cultura e ajudar o próprio movimento indígena para a luta, demarcação de terra, educação diferenciada, saúde diferenciada, relação de renda” (JOSÉ).

Doebber e Brito (2014) afirmam que não apenas a necessidade de formação de professores indígenas aumentou a demanda de alunos indígenas no ensino superior, mas também a necessidade de formação de quadros para realizar interlocução com a sociedade. Também aumentou a importância de ter indígenas com conhecimento da cultura e leis dos não indígenas para ocupar cargos que hoje são ocupados por não indígenas na condução de políticas governamentais.

3.2 Escolha do PPG em específico

Ao indagarmos a respeito dos motivos da escolha do PPG que estão cursando, encontramos as seguintes categorias: a) lidar com culturas, que abarca a diferença de ideias e pensamentos entre a cultura indígena e não indígena; b) ajuda ao movimento indígena, que trata sobre escolher um curso que permite pensar, refletir e ajudar o movimento indígena; c) ampliar conhecimento, que retrata a finalidade de obter um diploma, de ser um mestre/ doutor em uma área de conhecimento e assim ampliar o repertório de conhecimentos. Os trechos abaixo exemplificam essas categorias:

A antropologia nos permite pensar sobre nossos conhecimentos. Ela lida com o estudo das culturas, que nos permite refletir sobre nossa própria sociedade. (JOSÉ)

A antropologia sempre defendeu as culturas, a partir das pesquisas dos etnógrafos e dos etnólogos. (GIL)

Eu percebi que teria uma grande possibilidade de ajudar, eu entender a minha cultura e ajudar o próprio movimento indígena pra luta, demarcação de terra, educação diferenciada, saúde diferenciada, relação de renda, então ela te permite ter todas essas questões. (MÁRIO)

Cursar pós-graduação é uma opção de um acadêmico que busca ampliar o conhecimento. (GIL)

O grande porquê da escolha do curso de pós-graduação tem a ver com a comunidade, com a integração indígena. Encontra-se nas entrevistas a tentativa de compreensão de novas ideias (ideias dos não indígenas) para a comparação com as suas

próprias ideias, visando a compreensão mútua, a busca por ampliação dos conhecimentos, assim como a ajuda no movimento indígena. Com a aprendizagem e embasamento científico, adquirem-se novos saberes que abrem portas para uma visão política e de seus direitos, lhes dando uma posição e voz amplificadas.

A maioria dos alunos entrevistados é do PPGAS, que estimula o ativismo indígena. E um dos alunos defende que *“o único que se preocupa na questão de discussão no momento é Antropologia, no nível superior, ele que discute mais, que preocupa, que valoriza, que acredita as cosmologias, acredita nos saberes indígenas, acredita nos conhecimentos tradicionais”* (MÁRIO). O PPGAS não apenas se abriu às discussões das ideias indígenas, de suas crenças e cultura, mas também incentiva o uso da sua própria língua nos projetos e estudos.

Deve-se levar em consideração que durante o levantamento dos alunos indígenas 15 foram encontrados, desses 10 são do PPGAS. Esse tema é bem exposto por Baniwa (2015), que trabalha com a ideia de que o indígena antropólogo, por ser membro de uma coletividade particular, tem como tarefa profissional ou intelectual, apoiar e reforçar as lutas de suas comunidades, afirmando ainda que:

A antropologia me permitiu conhecer um pouco do que os brancos pensam sobre os índios e como os índios se relacionam com esse modo de pensar dos brancos sobre eles. Isso tem permitido buscar caminhos para melhorar a compreensão das diferentes racionalidades e modos de vida, sem a qual não pode haver o propagado diálogo intercultural (BANIWA, 2015, p.235).

3.3 Dificuldades encontradas no acesso ao PPG

Sobre as dificuldades de acesso aos PPGs, os relatos dos entrevistados indicam para as seguintes categorias: a) dificuldade na prova e proficiência de língua estrangeira, uma vez que a maioria dos alunos indígenas não tem acesso ao estudo de outras línguas, como o inglês por exemplo; b) dificuldade de desenvolver a lógica indígena baseada nos parâmetros científicos, pois nos PPGs está posta a lógica científica e do pensamento ocidental; c) dificuldades de leitura de outras áreas, que remete às áreas de cada PPG, muitas vezes diferente da formação da graduação do estudante. Abaixo exemplos:

Muitas provas que a gente faz, inclusive proficiência de língua estrangeira. Que é obrigatória pra graduação, é uma dificuldade pra nós, porque não temos acesso a essa... esses estudos das línguas estrangeiras. (JOSÉ)

Quando tu começa a confrontar com tuas ideias, com teu jeito de ser, de pensamento como indígena, o outro pensamento causa um choque de pensamentos e conflitos. (JOSÉ)

Eu tinha dificuldade quando comecei a fazer, elaborar os projetos, eu tenho conhecimento, mas colocar no papel ficou um pouco difícil. (PEDRO)

Por isso que ficou difícil porque a antropologia trabalha mais na questão científica, com os pesquisadores. (MÁRIO)

A minha literatura é voltada para a educação, já no CCA o foco é mais as ciências ambientais... que eu não tinha tanta leitura assim, então a minha dificuldade é que percebi o meu despreparo quanto às leituras. (PEDRO)

A prova de proficiência de língua estrangeira, por não se limitar à língua portuguesa, no caso das provas para indígenas, eleva a dificuldade para eles, que além de ter que aprender o português são obrigados a saber outro idioma. Além disso, o saber indígena, por não ter passado por junta científica, não ter comprovação ou embasamento na ciência ocidental, é por isso muitas vezes ignorado e até mistificado. Muitos fatores influenciam para essa não aceitação do saber indígena, desde a tradução errada da língua, ao preconceito contra esses povos. Nessa linha, Carvalho e Flórez Flórez (2014) argumentam que o modelo universitário adotado na América Latina foi colonialista e eurocêntrico, excluindo outras formas de saberes. Para superação dessa supremacia universitária hegemônica, pautado em relações racistas, deve haver um contraponto não só epistemológico, mas político, institucional e pedagógico. Isso conduziria à descolonização do saber, pela inclusão dos saberes e dos povos indígenas no meio acadêmico.

3.4 Entrada de alunos indígenas em PPGs

A respeito da entrada de indígenas nos PPGs, a avaliação foi positiva por todos os participantes. Suas respostas referem-se à obtenção de novos conhecimentos, quanto ter a possibilidade de expor seus próprios saberes à universidade. Os trechos abaixo

exemplificam:

O que eu vejo ali é uma porta por onde os indígenas, acadêmicos indígenas começa a ocupar. Levando outro olhar de conhecimento para a universidade e mesmo tempo favorecer esses conhecimentos indígena dentro desse contexto. (JOSÉ)

A presença dos indígenas na pós-graduação enriquece o dialogo acadêmico, e com eles muitas coisas estão sendo visto de outra maneira. (GIL)

Nós só temos o nosso conhecimento e viemos para ter mais conhecimento e tornar o conhecimento indígena válido. (MÁRIO)

A entrada de alunos indígenas nos PPGs é vista como vitória para os indígenas e movimento de luta indígena. Obter novos saberes e poder embasar-se nessas novas teorias adquiridas, possibilita maior gama de conhecimento para a luta. Além disso, entrar num PPG significa também validar seus conhecimentos perante a ciência ocidental, mostrando que sua ciência é tão qualificada quanto aquela. Assim, a escolha desses alunos por fazer pós-graduação está ligada diretamente com seus desejos de melhoria para os povos indígenas e ganho de conhecimento, para ter voz diante do não indígena e saber como lutar pelos seus direitos. Isso ficará mais claro mais adiante.

3.5 Teorias acadêmicas aprendidas nos PPGs

Quando perguntados sobre as opiniões dos pós-graduandos indígenas a respeito das teorias acadêmicas aprendidas nos PPGs, obtivemos as seguintes categorias de respostas: a) críticas ao etnocentrismo, referindo-se ao fato da educação ser toda pautada em teorias de uma única cultura (ocidental, eurocêntrica, do homem branco); b) outra lógica para o conhecimento, que traz a diferença das motivações e uso dos conhecimentos, entre indígenas e não indígenas; c) desvalorização do conhecimento indígena, referindo-se ao fato do conhecimento indígena não ser levado em consideração e ser tido como mito, sem base científica na universidade:

Olha, a nossa educação toda é pautada nesse conhecimento ocidental branco, etno eurocêntrico e a única que infelizmente a gente usa, porque é mais comprovado, a que mais tem provas,

mais tem referências. (JOSÉ)

Os nossos conhecimentos não são voltados para exercer a profissão como tal, ou ganhar dinheiro com a profissão, é uma outra lógica, o que fundamenta da lógica de coletividade, se eu sou, digamos, o que lá vocês conhecem como Pajé, ele tá a serviço da coletividade do seu grupo ou do grupo maior. (MÁRIO)

Por exemplo disciplina de matemática, ele não vê como que os indígenas mantem a matemática dentro da cultura, como que é a geografia, como que o indígena fala de geografia dentro da cultura, como que a história é contada dentro da cultura indígena. (PEDRO)

Segundo Milhomem (2008), as propostas educacionais para os povos indígenas permitem a participação dos mesmos para a construção estratégias que valorize suas línguas, suas práticas culturais e seus lugares de pertencimento étnico. Porém, para que essas propostas educacionais sejam postas em prática da forma que se intenciona, é necessário a valorização e abrigo do conhecimento indígena. Perceber que a cultura diferenciada não minimiza o saber é um dos vários passos a ser dado. O indígena expressa sua sabedoria de forma diferente ou os não indígenas que a percebem assim?

Como já exposto anteriormente, a dificuldade na tradução da linguagem é um ponto negativo de forte impacto para o real entendimento do saber indígena: “*as distorções dos conhecimentos foram a partir da linguagem com os pesquisadores e seus informantes*” (GIL). Além disso, o indígena tem um contexto de coletividade diferente do não indígena, onde seu interesse gira em torno do bem de seu grupo étnico, ao invés do bem meramente individual e voltado aos ditames do mercado.

3.6 Interação das teorias acadêmicas com conhecimentos indígenas

Sobre como as teorias acadêmicas interagem com os conhecimentos indígenas de sua etnia, as categorias foram: a) desconsideração da ciência indígena, já que o conhecimento indígena é mistificado e tido como inferior ao científico; b) superiorização da ciência ocidental sobre outros saberes, onde a ciência ocidental assume papel de saber verdadeiro e desconsidera a ciência indígena; c) paralelismo entre ambas ciências, apontando que os saberes do não indígena e os do indígena podem caminhar paralelamente. A seguir alguns exemplos:

Essas teorias têm muita dificuldade de considerar que o nosso conhecimento são tão ciência quanto ela. (MÁRIO)

Então, essa é a maior dificuldade, ela não é capaz de considerar que o outro, o indígena, o quilombola, tem conhecimentos próprios, conhecimentos específicos, conhecimentos tão valiosos quanto uma ciência, então ela sempre me olha como um indígena que pensa diferente, que não tem prova do que ele pensa e acaba considerando isso como mitos, como lenda, como conhecimento vulgar. (JOSÉ)

Eu conheço tanto esse lado mais mítico mesmo como o lado do conhecimento científico mesmo. Mas eu não vejo assim complicações em trabalhar em paralelo com as duas. (PEDRO)

Com base nas obras de E. Morin e B. Sousa Santos, Calegare (2014) critica que o etnocentrismo ocidental se impôs aos outros saberes e culturas, colocando-se como força de emancipação universal e princípio único epistemológico da ciência. Assim, a ciência ocidental, assumindo-se como conhecimento uno e universal, e arrogando-se o lugar de monopólio do conhecimento válido e rigoroso, descredibilizou todas as epistemologias alternativas. Isso se consolidou graças aos avanços tecnológicos que caminhou junto ao desenvolvimento do capitalismo, impondo a supremacia de uma cultura sobre outras. Assim, o reconhecimento atual de diferentes epistemologias está ligado ao reconhecimento da diversidade cultural que ainda existem no mundo. Por isso, fala-se atualmente em pluralidade epistemológica, isto é, compreende-se que coexistem muitas explicações e concepções da realidade, sem cair em hierarquizações decorrentes de juízos de condições políticas, econômicas e culturais.

Como puderam expressar os entrevistados, ao ingressar nos PPGs eles se deparam com a mistificação dos seus saberes perante o conhecimento da ciência ocidental. Nota-se, portanto, que a universidade é um centro de saber que ainda desconsidera outras ciências, especialmente aquelas dos povos amazônicos. Apesar dessa tendência, já há um movimento de contestação dentro da UFAM, especialmente no PPGAS, onde se privilegia a publicação de dissertações e teses na própria língua dos indígenas. Além disso, um dos entrevistados relata que nesse programa há incentivo de interação de conhecimentos, citando sua tese de doutorado, onde utiliza a linguagem indígena com a nomenclatura científica para identificar espécies, mostrando que dessa

forma se faz uso das duas ciências.

3.7 Utilidade de ter cursado um PPG

Investigamos também a opinião dos pós-graduandos indígenas a respeito da utilidade de ter cursado um PPG, o qual encontramos as seguintes categorias: a) instrumento para comparar ciências, pois aprender a ciência ocidental conduz a se aprofundar na ciência indígena; b) empregabilidade pela titulação, que remete ao título de mestre/doutor como uma condição de ocupação de um cargo/emprego; c) reconhecimento do indígena pela comunidade científica. A seguir alguns exemplos destas categorias:

Não me arrependo de conhecer essa ciência, porque na medida que eu consigo entender, me sinto mais incitado, mas instigado a pensar sobre o meu conhecimento. (JOSÉ)

Essa questão o doutorado muito mais pra você conseguir um cargo dentro de uma instituição ou pra desenvolver uma função que possa vim transformar. (PEDRO)

Além dessa questão monetária, financeira, é justamente ter uma identidade dentro da comunidade científica pra também expor a minha opinião e defender a causa indígena. Se você não tem uma identidade você não é ouvido, mas se você tem um título “ah ele é doutor”, daí você tem um credito para ser ouvido né? (MÁRIO)

Tal como já abordado anteriormente, a ciência ocidental, ao considerar-se como ciência única, excluiu a validade das outras ciências. No entanto, à medida que os estudantes indígenas se imergem no conhecimento da ciência dominante, encontram também as possibilidades de pensar sua própria ciência, ocupar um cargo em alguma instituição enquanto mestre ou doutor e ser ouvido pelo seu status de cientista, atribuído graças à titulação. Assim, podemos pensar que os entrevistados reconhecem que a utilidade dos conhecimentos adquiridos num PPG é autorizá-los, em nossa sociedade, enquanto figura de autoridade científica e que isso lhes dá o aval de ocupar um lugar institucional e serem ouvidos como cientistas. Em outras palavras, apercebem-se que em nossa sociedade se autorizam os especialistas, por seu discurso competente, a ocuparem lugares de saber e de comando em distintas esferas sociais (CHAUÍ, 2003).

Portanto, a utilidade do conhecimento adquirido não é tanto pelo saber em si, mas pelo que esse conhecimento representa perante a sociedade: um saber autorizado e validado como científico.

3.8 Utilidade dos conhecimentos aprendidos nos PPGs

Indagamos também como os pós-graduandos indígenas pretendem utilizar os conhecimentos aprendidos nos PPGs. As categorias foram: a) repensar o conhecimento indígena, referindo-se às teorias e técnicas de pesquisa aprendidas para inovar a ciência indígena; b) aprofundamento acadêmico e indígena, que remete ao fato daquilo que foi aprendido instigar a continuidade do aprofundamento, em ambas as ciências; c) retribuição aos indígenas e não indígenas, com a utilização dos conhecimentos adquiridos para ambos grupos. A seguir exemplos das entrevistas:

Nós estamos fazendo agora uma experiência muito inovadora, lançando mão da metodologia das teorias e das técnicas de pesquisa, nós estamos pensando sobre nossos conhecimentos, estamos promovendo uma flexibilidade dos nossos conhecimentos a partir dessa lógica do molde da antropologia, então isso nos permite debater nosso conhecimento. (JOSÉ)

Eu tenho muita intenção de fazer um doutorado na área de antropologia, porque justamente é algo que eu sinto uma necessidade assim, quase como um dever meu enquanto acadêmico, aprofundar os conhecimentos dentro da área do conhecimento Baré, quase como um resgate mesmo. (PEDRO)

Na prática eu utilizo mais na minha cultura, a partir das danças, benzimento, contos das histórias, passar esse conhecimento para os mais jovens e pra o outro lado, os não indígenas. (MÁRIO)

O conhecimento adquirido na universidade será utilizado pelos pós-graduandos indígenas em seu cotidiano, seja para compreender melhor seus próprios saberes quanto para retribuir de alguma maneira com suas etnias. Também é visível a vontade de expor sua cultura e saber aos não indígenas, para que eles conheçam a ciência indígena, compreendam suas teorias e conhecimentos, com intuito de reconhecimento da mesma enquanto mais uma ciência válida. Com isso, extinguir a hierarquização, preconceito e discriminação quanto aos saberes indígenas.

3.9 Incentivos para permanência nos PPGs

Com relação à opinião dos alunos sobre o que é preciso para que os estudantes indígenas concluam com sucesso os estudos no PPG, surgiram as seguintes categorias: a) insensibilidade da gestão, em relação aos interesses indígenas e demais minorias; b) apoio ao indígena, seja financeiro, hospedagem, reconhecimento e valorização da cultura indígena; c) incentivo à difusão científica, referindo-se ao incentivo à publicação dos artigos, dissertações e teses desses alunos para conhecimento de toda sociedade. Abaixo as falas que exemplificam essas categorias:

Como os gestores são insensíveis as nossas questões, nós temos que organizar, indígenas mesmo ou minorias, quilombolas, todos que estão no programa, né? Precisamos juntar forças de cobrar essas políticas públicas dentro da UFAM, do contrário a gente não tem como vencer a máquina gestora. (MARIO)

Eu acho que se tiver realmente um apoio, talvez, não só com bolsa, mas com valorização, assim como acontecem com os colegas que vem de outros países. (PEDRO)

Mais apoio em todos níveis de apoio, de princípio financeiro, hospedagem, alimentação, transportes, etc. (GIL)

Publicação dos trabalhos dos pós-graduados e também mostrar pra sociedade quem são os indígenas. (JOSÉ)

Os pós-graduandos indígenas apontaram não só o apoio financeiro (bolsa de estudos de agências de fomento, mesmo que muitas vezes insuficiente), importante para prosseguimento na pós-graduação, mas também o incentivo à difusão científica e a valorização da cultura indígena, por meio de debates abertos na universidade voltados à cultura indígena. Nesse sentido, o PPGAS é o único dentro da UFAM com esse tipo de incentivos: eventos realizados para discussões de temáticas indígenas, bem como publicações de dissertações e teses na própria língua indígena.

Há críticas ao modo como a UFAM vem operacionalizando o apoio aos estudantes indígenas. No estatuto dessa universidade, consta que sua finalidade, descrita no Art. 4º (com destaque os parágrafos I e IV), visa ao cultivo do saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado, cumprindo-lhe, para tanto:

I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento reflexivo, sem discriminação de qualquer natureza;
IV. Manter, a partir da preocupação com a realidade amazônica, compromisso com os povos indígenas, reconhecendo a dívida histórica da sociedade brasileira e construindo possibilidades concretas para sua inserção plena na vida universitária e no exercício da cidadania (UFAM, 2017, p. 1-2).

Para operacionalizar essa diretriz, foi elaborada a “Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Amazonas” (UFAM, 2014), a qual aponta estar constituída por ações e estratégias que abrangem desde a preparação para o acesso à universidade, com ofertas de cursos pré-acadêmicos, até o acesso com cotas e o acompanhamento a permanência do aluno nas ações afirmativas no seu percurso formativo. Nos cursos de graduação é aplicado o que descreve a Lei 12.711/2012, que determina que uma porcentagem das vagas (25%), por curso e turno na graduação, seja para atendimento aos cotistas (oriundos de escolas públicas, baixa renda, pretos, pardos, indígenas e deficientes). Já nos programas de pós-graduação, são reservadas também uma porcentagem (25%) de vagas para candidatos indígenas, quilombolas, afrodescendentes e membros de comunidades tradicionais que se autodeclararem no ato da inscrição. No documento, o Grupo de Trabalho Ações Afirmativas cita as diretrizes que orientam tais políticas na universidade:

Promover cursos específicos e diferenciados de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento em atendimento às demandas coletivas e prioritárias das comunidades e dos povos indígenas, dos quilombolas, dos afrodescendentes e comunidades tradicionais.

Inclusão da temática indígena, quilombola, afrodescendente e comunidades tradicionais nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados pela UFAM, com base nas recomendações da Lei 11.645/2008 (UFAM, 2014).

Além disso, essa política aponta a contribuição para melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, a sensibilização da comunidade acadêmica da UFAM para reflexão e debate do tema das ações afirmativas, o estímulo e promoção da valorização das culturas indígenas. Um texto muito bem escrito, mas que na prática ainda precisa de

efetivação, conforme opinam os pós-graduandos indígenas, como veremos a seguir.

3.10 Preparo da UFAM para receber indígenas

Com relação ao preparo da UFAM para a inserção de alunos indígenas, as opiniões dos entrevistados foram categorizadas da seguinte maneira: a) despreparo, afirmando que as políticas voltadas aos povos indígenas não saem do papel; b) ações verticalizadas, especificamente a respeito das teorias que são empregadas, sem tentar ouvir suas opiniões; c) conflito de interesse entre UFAM e indígenas. A seguir exemplos:

Não tem preparo. Tem muita coisa no papel, muita promessa, mas não tem preparo. Desde a língua, até o interesse de ouvir do nosso saber. (JOSÉ)

Porque acho que até tem políticas sim, mas a questão de estar no papel e ir pra prática muda totalmente (...) Tudo enfiado de "goela a baixo" mesmo. Mas a gente precisa, né? Daí tenta aprender como dá. (PEDRO)

Se a gente deixar, ele não vai preparar uma casa pra nós, se a gente não chegar pressionando a pessoa, "nós queremos isso e isso", apresentar a demanda, ele não vai preparar um lugar pra gente sentar, porque quanto mais a gente pressiona, ele vai querendo afastar, parece que: "não, índio quer dominar", essa é a linguagem que ele fala hoje em dia. (JOSÉ)

Uma inovação da universidade, os administradores remotos sempre privilegiaram aos poucos, e os indígenas sempre ficaram fora do sistema. (GIL)

Segundo Doebber e Brito (2014), a presença indígena no ensino superior representou principalmente uma autorreflexão sobre o fazer da universidade, seu papel social e sobre suas práticas pedagógicas ainda homogêneas. O Grupo de Trabalho Ações Afirmativas descreve que o acolhimento dos acadêmicos indígenas deveria considerar não apenas suas urgentes demandas materiais, mas também, e especialmente, suas visões de mundo, suas cosmologias e os desafios que os jovens indígenas experimentam quando adentram instituições universitárias. Em alguns trechos selecionados observamos essas diretrizes:

- A Política de Ações Afirmativas da UFAM constitui em instrumento de promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade étnico-racial e socioeconômica, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso ao ensino superior de graduação e pós-graduação, de estímulo à permanência e êxito no percurso formativo de membros de grupos sociais subrepresentados e discriminados por sua condição étnica, cultural e socioeconômica.
- Adoção de estratégias que garantam a produção de conhecimento, informações e subsídios, bem como condições técnicas, operacionais e financeiras para o desenvolvimento dos programas de ações afirmativas.
 - Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, das comunidades tradicionais e dos afrodescendentes, por meio de políticas específicas e diferenciadas e com tratamento diferenciado.
 - Estimular e promover a valorização das culturas indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das comunidades tradicionais (UFAM, 2014).

Entretanto, muitas dessas diretrizes ainda estão no papel. O despreparo para o recebimento do aluno indígena, assim como sua permanência na universidade, é parte das queixas de todos os entrevistados. Todos eles afirmaram que as promessas da universidade não passam de retórica rebuscada, pois estas não existem no dia-a-dia dos alunos. Também se queixam da falta de interesse na UFAM em ouvir e fazer melhorias significativas na vida acadêmica desses alunos.

4 CONCLUSÕES

Desde a tentativa de obter informações nos PPGs, constatamos que boa parte destes não possui banco de dados a respeito dos alunos indígenas, ou até mesmo nem reconhece quem são aqueles matriculados. Não fazem ideia de quantos são ou quem são. A própria Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP) não tem dados atualizados dos indígenas da universidade, deixando isso nas mãos das secretarias de cada PPG. Mesmo as secretarias que possuíam algum dado, verificamos que muitos destes (telefones, e-mails) estavam desatualizados. O único PPG que tem apoiado esses alunos, desde a obtenção e armazenamento de informações até o apoio ao uso da língua de cada aluno em suas dissertações e teses, é o PPG em Antropologia Social. Os dados não estão apenas armazenados, mas atualizados. Sabem exatamente quem são seus

alunos, quantos são e onde estudam.

Todos os pós-graduandos entrevistados eram formados em cursos de licenciatura. Um dos intuitos para essa escolha era a vontade de contribuir para a educação em suas etnias, visto que muitos dos professores que hoje ministram aulas em escolas indígenas não falam a língua da etnia, obrigando aos alunos a aprender em português, prejudicando o aprendizado. As traduções são diferentes e muitas vezes errôneas nessa educação de não indígenas para indígenas, tornando dificultosa a tarefa educativa. Assim, percebemos que a escolha de ingressar no ensino superior está diretamente ligada à melhoria de vida para sua etnia, com a obtenção de um diploma que facilitará a conquista de uma carreira profissional e principalmente para ter voz diante dos não indígenas. Mas também é escolha em prol da mobilização do movimento indígena e do reconhecimento de seus direitos, reivindicação de terra, fortalecimento da cultura, valorização e proteção do patrimônio cultural.

A respeito do ingresso nos PPGs da UFAM, observamos um ponto crítico: o exame de proficiência em língua estrangeira tem sido uma dificuldade, uma vez que muitos já superaram a barreira com a língua portuguesa para ingressarem e concluírem os cursos de graduação. Revelar conhecimento de uma terceira língua é uma exigência que deveria ser ponderada, uma vez que a grande maioria dos estudantes de pós-graduação não possuem esse nível linguístico. Sabe-se que a língua inglesa é tida como geral para comunicação em todo mundo, especialmente nos círculos científico. No entanto, aqui queremos deixar isso em questão a ser pensada para os indígenas que já dominam duas línguas.

A desvalorização do conhecimento indígena pela ciência ocidental, nos PPGs, é algo presente em todos os depoimentos. O preconceito e mistificação do saber indígena, assim como a não aceitação desse saber como ciência, é algo que aflige todos os entrevistados, que buscam uma manobra para autenticar seus conhecimentos. Apesar de todos considerarem útil o que aprenderam na universidade (todas as teorias acadêmicas), não abrem mão de continuar com as convicções da cultura indígena. Afirmam que não houve mudanças no seu intelecto ou nas suas crenças com a obtenção do conhecimento científico, mas que foram capazes de conhecer o outro lado, de perceber como o não indígena vê o indígena.

A respeito da permanência na UFAM, os pós-graduandos afirmaram que a

introdução das cotas e outras ações afirmativas não foi pelos motivos certos, isto é, não foi um levante pelo movimento indígena ou apoio ao crescimento desse movimento. Apontaram que a universidade foi obrigada juridicamente a incluir ações afirmativas e que não existe valorização dos indígenas. Tais afirmações se baseiam nas diretrizes estabelecidas pela UFAM e que não estão sendo praticada, desde a utilização da linguagem até utilização de 25% das vagas reservadas.

Outro ponto é o valor das bolsas. Muitos dos alunos precisam ter outras formas de ganho para conseguir sobreviver. O valor da bolsa de estudos é baixo para os indígenas, que raramente são originários de Manaus. Muitos tiveram que abandonar suas casas, seus trabalhos e vir para Manaus com suas famílias. Assim, eles trabalham para ter mais renda e muitas vezes são impedidos de receber a bolsa, justamente por ter um trabalho. As agências financiadoras não atentam para essas condições culturais dos indígenas e acabam desconsiderando suas diferenças e necessidades.

Em suma, apesar de existir uma política formal de ações afirmativas na UFAM, na prática revela-se o despreparo dos PPGs e demonstra-se a invisibilização dos indígenas no contexto acadêmico. Em vista desses pontos, recomenda-se a atualização de contatos das secretarias de PPGs junto à PROPEP, assim como o levantamento de dados dos alunos indígenas em cada uma delas, abrangendo também a graduação para possíveis novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BANIWA, G. Os indígenas antropólogos: desafios e perspectivas. *Novos Debates: fórum de debates em Antropologia*, v. 2, n. 1, p. 233-243, 2015.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BERGAMASCHI, M. A.; MEDEIROS, J. S. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 55-75, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a04v3060.pdf> >. Acesso em: 02 jun. 2017.

BRASIL. Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND. 2017. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/pnaes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17445-programa-de-apoio-a-formacao-superior-e-licenciaturas-interculturais-indigenas-prolind-novo> >. Acesso em: 02 jun. 2017.

CALEGARE, M. G. A. Questões à Psicologia Social a partir de experiências em comunidades ribeirinhas amazônicas. In: LIMA, A. F. (Org). *Psicologia Social Crítica: parallaxes do contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2012. p.197-218.

CALEGARE, M. G. A.; SILVA JR., N. Crise do racionalismo moderno e transição paradigmática: uma utopia ecológica? *GaiaScientia*, v. 8, n. 1, p. 338-350, 2014.

CARVALHO, J. J. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. *Teoria e Pesquisa*, n. 42/43, p. 303-340, 2003.

CARVALHO, J. J.; FLOREZ FLOREZ, J. Encuentro de saberes: proyecto para decolonizar el conocimiento universitario eurocéntrico. *Nómadas*, Bogotá, n. 41, p. 131-147, Julho, 2014.

CHAUÍ, M. S. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DOEBBER, M. B.; BRITO, P. O. Estudantes indígenas nas universidades públicas brasileiras: análise a partir das produções de dissertações e teses. In: ANPED SUL, 10., Florianópolis, 2014. *Anais...* Florianópolis: ANPED, 2014.

ESTÁCIO, M. A. F. Direito à educação: a percurso histórico da educação escolar e superior indígenas no Amazonas. In: ENCONTRO ANUAL ANDHEP, 5., 2009, Belém. *Anais...* Belém: ANDHEP, 2009. p.1-23.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

LUCIANO, G. S. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2017

MILHOMEM, M. S. F. S. Educação indígena: as dificuldades do currículo intercultural e bilíngue. *Revista Forum Identidades*, ano 2, v.3, p.95-102, jan./jun., 2008.

TASSINARI, A. M. I.; GOBBI, I. Políticas públicas e educação para e sobre indígenas. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro/BA. *Anais...* Porto Seguro: ABA, 2008, p. 1-17.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Estatuto da UFAM. Disponível em: <http://proeg.ufam.edu.br/attachments/144_001_Estatuto%20da%20UFAM.pdf>. Acesso em: 02jun.2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Política de ações afirmativas da Universidade Federal do Amazonas, 2014. Disponível em: <<http://www.ufam.edu.br/attachments/article/3892/Documento%20GT%20A%C3%A7%C3%B5es%20Afirmativas.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2017.



Recebido 13/6/2017. Aceito: 27/7/2017.

Sobre os autores e contato:

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare, Dr. em Psicologia Social (USP), professor adjunto da FAPSI-UFAM

Correspondência:

Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Psicologia.

Avenida Rodrigo Otávio, 4200, Setor Sul, Campus Universitário, Bloco X

Japiim- Manaus, AM - Brasil

69077-000

mgacalegare@gmail.com

Tatiany Felix de Menezes, graduanda em Psicologia (UFMS)

Felippe Otaviano Portela Fernandes, psicólogo (ULBRA), mestre em Psicologia

(UFAM)